



## Cândido Neves e a permanência da escravidão

### *Candido Neves and the permanence of slavery*

#### Dossiê

Juracy Assmann Saraiva

ORCID: 0000-0003-1783-2850

E-mail: juracy@feevale.br

Recebido: 14/10/21

Aprovado: 10/12/21

#### Resumo

O conto de Machado de Assis, “Pai contra Mãe”, é publicado em *Relíquias de Casa Velha*, em 1906, época em a população brasileira sofria os impactos do início da revolução industrial. A narrativa, porém, desenvolve-se no período da escravidão e tem como protagonista Cândido Neves, caçador de escravos que, para manter o filho, entrega uma escrava grávida a seu proprietário. Por sua crueza, o conto pode ser lido como um libelo contra a escravidão, mas nele há elementos que transcendem o âmbito do narrado. Por um lado, os protagonistas figurativizam a paternidade e a maternidade, condição que não é espacialmente limitada, razão pela qual o conflito entre pais, que buscam garantir a sobrevivência dos filhos e usufruir de seu convívio, é ontológico. Por outro, o conto remete a aspectos do contexto socioeconômico brasileiro, pois, embora vença a luta com Arminda e consiga a recompensa, a vitória de Cândido Neves é marcada pela precariedade, pois ele é um sujeito inapto para o trabalho. Portanto, o conto abre espaço para reflexões a respeito da crueldade com que eram tratados os escravos no Brasil e do natural desejo dos pais de preservarem seus filhos; trata, igualmente, das relações de trabalho que, no momento em que a mão de obra escrava é eliminada, se estabelecem no país e instalam exigências da indústria em relação à mão de obra operária. Assim, no início do século XX, ao olhar para a sociedade fluminense, Machado de Assis, melancolicamente, verifica que, ao contrário do que acreditara, formas de escravidão ainda se mantinham, embora fossem outros os aparelhos de opressão. A conclusão legitima-se na análise dos entraves que, na passagem da Monarquia à República e da produtividade agrária para a industrial, impediram o acesso de avanços econômicos e sociais para um expressivo contingente da população brasileira.

#### Palavras-chave

“Pai contra Mãe”. Escravidão. Trabalho. Desigualdade social.

#### Abstract

Machado de Assis’ short story “Pai contra Mãe” was published in *Relíquias de Casa Velha* in 1906, when the Brazilian population suffered the impacts of the industrial revolution’s onset. The narrative, however, occurs in a period of slavery, and its protagonist is Cândido Neves, a slave hunter who delivers a pregnant slave to her owner, in order to maintain his own son. Due to its rawness, the tale may be read as a libel against slavery, but it contains elements that transcend the scope of the narrative. On the one hand, the protagonists

\* Doutora em Letras; professora da Universidade Feevale.

represent fatherhood and motherhood, a condition that is not spatially limited, and this is why the conflict between parents who seek to ensure the survival of their children and to enjoy their conviviality is ontological. On the other hand, the tale refers to aspects of the Brazilian socioeconomic context, because, although winning the fight against Arminda and getting the reward, Candido Neves's victory is marked by precariousness, as he is a subject that is inapt for work. Therefore, the story opens space for reflection on the cruelty that slaves were treated in Brazil, and the natural desire of parents to preserve their children; it also deals with labor relations that, at the moment the slave labor is eliminated, are settled in the country and set industry demands on the workforce. Thus, at the beginning of the twentieth century, looking at Rio de Janeiro's society, Machado de Assis, gloomily, finds that, contrary to his belief, forms of slavery still remained, although there were other means of oppression. The conclusion is legitimate in the analysis of the obstacles that, in the transition from the Monarchy to the Republic and from agrarian to industrial productivity, prevented the access of economic and social advances for a significant contingent of the Brazilian population.

### Keywords

"Pai contra Mãe". Slavery. Job. Social inequality.

## 1 Dos escaninhos da memória...

Dois anos antes de falecer, Machado de Assis publicou, em 1906, sua última coletânea, intitulada *Relíquias de Casa Velha*. Na advertência, para justificar o título e a reunião de textos de diversa natureza,<sup>1</sup> o escritor estabeleceu uma relação metafórica entre casa e vida, considerando ambas um repositório de lembranças. Ele se dirige ao provável leitor, afirmando: "Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título" (ASSIS, 1986b, p. 658). Depois, sugere que o leitor acolha as "relíquias" que ele traz à luz, para aprovar sua escolha ou dela o absolver. Segue, à advertência, o soneto "A Carolina", de inquestionável natureza biográfica, e sua posição de primazia mostra ser o poema a "reliquia" mais valiosa, ou aquela cuja evocação se sobrepõe às demais. O conto "Pai contra Mãe", por abrir a sequência de textos desse gênero, também se destaca, e esse aspecto avulta porque a narrativa converge, devido a seu tema, para "O caso da Vara", conto que, por sua vez, abre o volume de *Páginas Recolhidas*, publicado em 1899.

Ambos os contos tratam da exploração humana, gerada pelo trabalho escravo e, ao presentificar aspectos econômicos e sociais, instituem, de modo sutil, uma reflexão sobre práticas laborais do século XIX no Brasil. Também, o processo de narração aproxima as narrativas, pois há uma clara distinção entre o tempo desse e o da história, procedimento que é enfatizado pelo narrador ao evocar um passado distante e dar forma aos episódios por meio da memória. Assim, os contos estabelecem uma lacuna entre o tempo representado e o tempo de sua produção, sugerindo que a leitura proceda ao entrecruzamento dessas temporalidades.

---

1. A obra apresenta, além do soneto "A Carolina", nove contos: "Maria Cora", publicado em *A Estação*, com o título de "Relógio Parado", em 1898; "Evolução" publicado na *Gazeta de Notícias*, em 1884; "Pilades e Orestes", de 1903, e "Anedota do Cabriolet", de 1905, ambos publicados no *Almanaque Brasileiro Garnier*, e, ainda, os contos inéditos "Pai contra Mãe", "Marcha Fúnebre", "Um Capitão de Voluntários", "Suje-se Gordo!" e "Umas Férias". Da parte denominada "Páginas Críticas e Comemorativas" constam dois comentários, um em homenagem a Gonçalves Dias e outro a Eduardo Prado, e dois ensaios críticos, um sobre a obra de José Veríssimo, *Cenas da Vida Amazônica*, e outro sobre a produção do dramaturgo Antônio José e sua relação com Molière. Da obra constam, ainda, as comédias "Não Consultes Médico" (1896) e "Lição de Botânica" (1906). Marta de Senna registra que, "segundo J. Galante de Sousa, é provável que o conto tenha sido composto antes de março de 1905, data da assinatura do contrato de edição do livro, com H. Garnier" (SENNA, 2013, s/p).

Diante do exposto, coloca-se a seguinte pergunta: teria Machado de Assis optado por distinguir os dois contos com um espaço privilegiado nas coletâneas para dar ênfase ao tema da escravidão, uma vez que, abolida a ordem escravagista, se impunha seu redimensionamento no âmbito da nova estrutura social? A análise do conto “Pai contra Mãe” e sua correlação com outras produções e com a biografia intelectual do escritor concorrem para responder à questão; paralelamente, iluminam o posicionamento crítico de Machado de Assis em face da sociedade brasileira.

## 2 Às entrelinhas dos contos...

“Pai contra Mãe” inicia com a exposição do narrador que, assumindo o ato de narrar, afirma: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (ASSIS, 1986b, p.659). Ele demarca, assim, a oposição entre o tempo da enunciação e o da história narrada, situando-a no passado, isto é, “há meio século” (ASSIS, 1986b, p.659). A seguir, assumindo a neutralidade de um cronista, que deseja expor uma profissão desaparecida, ele apresenta os “aparelhos” com que eram punidos os escravos: o ferro ao pescoço,

[...] uma coleira grossa, com haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave.(...) o ferro ao pé e a máscara de folha-de-flandres, (...) que tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. (ASSIS, 1986b, p.659).

Como se assumisse o ponto de vista dos escravocratas, o narrador justifica o uso da máscara, atribuindo-lhe a capacidade de eliminar o vício da embriaguez e o do furto já que, impedindo o escravo de beber, também corrigia sua tentação de apropriar-se dos vinténs do senhor. À justificativa para o uso do instrumento de tortura, o narrador acresce outro argumento, declarando que “a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (ASSIS, 1986b, p.659).

Acautelando-se contra as objeções ao argumento, o narrador conclui: “Mas não cuidemos de máscaras” (ASSIS, 1986b, p.659). Todavia, o enunciado mostra-se ambivalente quando contraposto às explicações que justificam o uso dos aparelhos de coerção social. Por meio de uma linguagem cujos sentidos são encobertos pela ironia, o narrador desnuda a hipocrisia das palavras sob as quais a sociedade legitimava formas de regramento e de aniquilação dos indivíduos. Essas formas nada mais eram do que máscaras por meio das quais a lei tornava legítima a negação de humanidade a corpos escravizados ao trabalho.

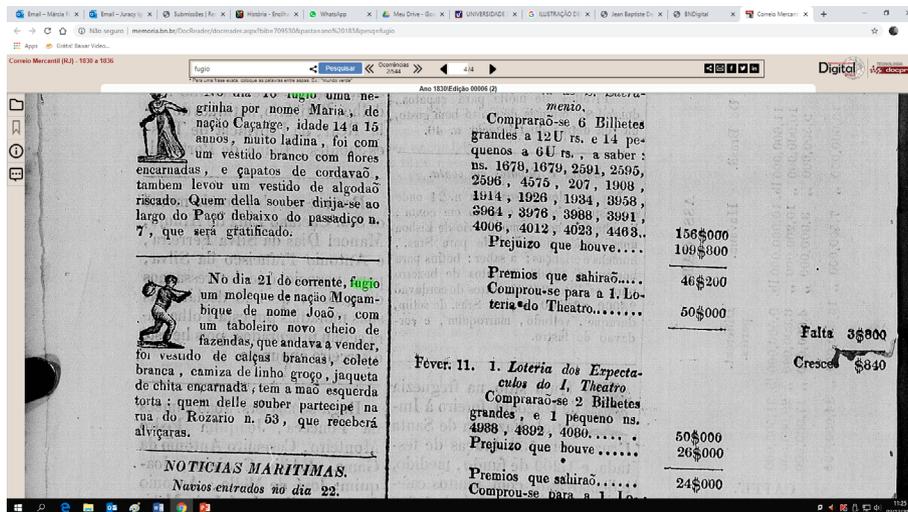
Figura 1. Negro com máscara de flandres (1820-1830)



Fonte: DEBRET, 1820-1830.

O narrador explica, ainda, valendo-se de um tom jocoso, que os escravos fugiam com frequência por não gostarem de sua condição, tampouco de apanhar. Esclarece que, para recuperar sua propriedade, os senhores colocavam anúncios nos jornais, com indicações físicas do fugitivo e com a promessa de gratificações. Portanto, “pegar escravos fugidios era um ofício do tempo” (ASSIS, 1986b, p. 659) e, segundo o narrador, ainda que não fosse nobre, era um instrumento de manutenção da lei e da propriedade, o qual garantia aos senhores o direito à posse de um objeto que lhes pertencia.

Figura 2. Anúncio de jornal do Rio de Janeiro (1830).



Fonte: ESCRAVOS..., 1830, p. 24.

Esclarecido o posicionamento da sociedade escravocrata, o caçador de escravos, Cândido Neves, ou Candinho, é apresentado ao leitor como um sujeito inapto para o trabalho – fora tipógrafo, caixeiro de armarinho, empregado subalterno de cartório e contínuo de repartição pública –, que “carecia de estabilidade” e, nos empregos, era orgulhoso demais para atender e servir e que, por isso, “cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos” (ASSIS, 1986b, p. 660).

A ironia com que o narrador expõe o ofício estende-se à constituição signífica do protagonista e é enfatizada por sua designação: Cândido Neves. O caçador de escravos, como os episódios vêm a esclarecer, não se caracteriza pela candura, tampouco pela inocência, mas mostra-se capaz de violência extrema, estando seu nome impregnado na inversão semântica da ironia. Contudo, a designação elucida a ingenuidade do protagonista que acredita em soluções mágicas para seus problemas, é incapaz de superar suas limitações e de perceber que está inserido em um processo de aniquilação social do qual também é vítima.

Assim, embora nada possuísse, além de algumas dívidas, Cândido casa-se com Clara, uma órfã que morava com sua tia, Mônica. Quando Clara engravida, a tia admoesta Cândido a procurar um emprego, mas ele encontrara um “encanto” na tarefa de “caçador de escravos” e dá-se bem, até que os escravos fugidos começam a escassear, e a concorrência cresce, visto que “mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada” (ASSIS, 1986b, p.663). Em pouco tempo, a situação econômica da família se deteriora, e eles passam a residir de favor em alguns quartos, no subsolo de uma casa, ao fundo de uma cocheira, onde o filho do casal nasce. Tia Mônica, então, pressiona Cândido a entregar a criança à roda dos enjeitados, mas ele redobra sua busca por escravos fugidos, a fim de conseguir o dinheiro de que necessita para poder manter o filho junto a si. Na manhã em que entregaria o filho à roda, Cândido captura Arminda, uma escrava fugida pela qual um anúncio oferecia considerável valor em dinheiro. A escrava está no final do período de gestação e resiste ao aprisionamento, vindo a abortar.

A narrativa “Pai contra Mãe” traz no título o confronto entre os protagonistas. Contudo, ele se expande a partir da abrangência semântica de seus termos: um pai persegue e captura uma mãe, em troca de cem mil-réis que lhe garantem o alimento para seu filho recém-nascido, enquanto o filho da mulher emerge do útero, sem vida. Em outras palavras, a vida do filho de

Cândido Neves custa a vida do filho de Arminda, mas a contraposição das duas situações comprova que elas se equivalem, pois, logo que os cem mil-réis da gratificação tiverem sido consumidos, o filho de Cândido será rejeitado ou, tal qual o filho de Arminda, condenado à morte. Com efeito, ambas as personagens são prisioneiras de um sistema em que a sobrevivência se sustenta na capacidade de gerar dinheiro, ainda que seja por meio da reificação do ser humano sob o jugo da escravidão. Esse mesmo sistema procede à seleção dos mais aptos, usando o trabalho como instrumento de inclusão ou de exclusão social. Nesse sentido, o enunciado com que Cândido Neves perdoa a si mesmo pelo infortúnio que causara a Arminda – “Nem todas as crianças vingam” – (ASSIS, 1986b, p. 667) “tem um conteúdo irônico avassalador” (SENNA, 2013, s/p.), porque o próprio protagonista, incluído entre os inadaptados em um mundo regido pelos cálculos do mercantilismo, está fadado a submergir sob a opressão do processo social.

O conto orienta-se, portanto, para duas perspectivas: por um lado, enfoca a luta pela subsistência e preservação, e o conflito nele instaurado é ontológico, já que as personagens são concebidas como signos que figurativizam a paternidade e a maternidade. Nessa luta, vence momentânea e aparentemente aquele que, mesmo situado na marginalidade, é o mais forte, o que expande o eixo temático do conto para inseri-lo no âmbito do humano, em que se manifesta o inalienável sentimento de posse de pais e mães em relação aos filhos e a luta por sua sobrevivência. Por outro lado, “Pai contra Mãe” é uma implacável denúncia contra a escravidão, denúncia que, inscrita no tempo da história narrada, se amplia para recair sobre aspectos da vida social e econômica do Brasil do momento da publicação do texto. Nesse, que se situa no início do século XX, a escravização ganha novos contornos, ainda que as marcas de corpos escravizados sejam menos evidentes.

### 3 Ao desenho da crise moral e econômica

A abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, “redimiu 700 mil escravos, que representavam, a essa altura, um número pequeno no total da população, estimada em 15 milhões de pessoas” (SCHWARCZ, 1998, p. 436).<sup>2</sup> Os libertos, em grande parte, vinham somar-se ao contingente de trabalhadores que sofriam os efeitos da desorganização do trabalho e da economia brasileira, efeitos que eram agravados, segundo seus proprietários, pelas perdas materiais decorrentes da libertação dos escravos, mas que provinham da grave crise econômica instalada durante os dois últimos decênios da Monarquia e que eclodiria, na incipiente República, em 1891.

Os custos das operações militares da Guerra do Paraguai, a “dívida externa que consumia anualmente grande parte do saldo da balança comercial [...], o aumento do déficit público” (FAUSTO, 2012, p. 223), a queda dos preços do café no mercado externo – devido à ampliação da oferta do produto<sup>3</sup> e a conseqüente redução do ingresso de divisas – e o aumento do custo de vida traduziam a precária situação econômica do país, que se expunha com maior evidência no Rio de Janeiro. Simultaneamente, na década de 1880, a população da cidade crescera em um

---

2. “Em 1887, o Ministério da Agricultura, em seu relatório anual, contabilizava a existência de 723.419 escravos no País. Desse total, a Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), produtora de café, abarcava uma população cativa de 482.571 pessoas. Todas as demais regiões respondiam por um número total de 240.848”. (MARINGONI, 2011, n.p.).

3. Devido aos investimentos externos e à facilitação do acesso ao dinheiro no governo republicano provisório, os cafeicultores de São Paulo ampliaram seus cafezais em 100%. Como resultado, em 1896, o café brasileiro enfrentaria dificuldades comerciais, geradas por uma superprodução (FILOMENO, 2010).

ritmo vertiginoso, devido à chegada de imigrantes,<sup>4</sup> à agregação de uma “população rural, vinda das fazendas de café da Província do Rio de Janeiro, que começavam a perder a produtividade” (WEID, 1997, p. 4), ao êxodo de ex-escravos que, depois da escravatura, engrossavam a urbe em busca de trabalho. Conforme registra Elisabeth von der Weid, entre 1872 e 1890, a população urbana praticamente dobrou, passando de 274.972 a 522.651 habitantes, o que correspondeu a um aumento de 90% em dezoito anos. Dez anos depois, a cidade já tinha 691.565 habitantes e, em 1906, atingia 811.444 habitantes (WEID, 1997, p. 4).

O crescimento populacional desenfreado somava-se à instabilidade política e financeira e, para ajudar os fazendeiros que reclamavam de suas perdas com a abolição dos escravos sem qualquer indenização, o governo imperial lançou títulos, cujos fundos deveriam ser utilizados para pagamento dos credores desse grupo econômico. O processo promoveu “um repentino surto de prosperidade” (FILOMENO, 2010, p. 154) que foi reforçado pelo empréstimo que o governo imperial levantou em Londres [...] no valor de quase 20 milhões de libras, destinado a converter diferentes créditos anteriores e pagar juros e amortizações vencidos” (FILOMENO, 2010, p. 153).

Em *Esau e Jacó*, romance publicado em 1904, Machado de Assis está muito próximo dos episódios mimetizados na ficção, cuja diegese se situa de 1865 a 1895. O narrador descreve as mudanças feéricas do Rio de Janeiro, que foram sustentadas pelo enriquecimento repentino e injustificado de indivíduos e de empresas, cujas fontes de renda nem sempre podiam ser explicadas. A ideia de que a economia se movimentava a partir de oportunidades únicas, que não podiam ser desperdiçadas, caracterizava o período, que recebeu o nome de “encilhamento, a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie” (ASSIS, 1986a, p. 1041-1042). O olhar irônico do narrador machadiano descreve esse Eldorado com hipérboles, sugerindo, por meio delas, sua natureza quimérica:

Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eternos do prelo. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, todas as uniões, todas as regiões, tudo o que esses nomes comportam e mais o que esqueceram. Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas. [...] Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos. (ASSIS, 1986a, p. 1041-1042).

Com a instalação do regime republicano, foram implementadas medidas para sanar os problemas financeiros, as quais buscavam regulamentar as sociedades anônimas, ampliar os bancos de emissão, instituir o crédito agrícola e instituições de crédito real, com o intuito de limitar o endividamento externo e de colocar moedas em circulação. Paralelamente, a “liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos” (FAUSTO, 2012, p. 169), os lucros provenientes das exportações agrícolas, o fluxo expressivo de capital, resultante dos decretos governamentais que visavam expandir o crédito e mobilizar a economia, possibilitaram a expansão dos negócios, bem como a especulação financeira.

Dessa forma, a década de 1890 dá continuidade à implantação do setor secundário e situa o início da moderna indústria brasileira, com a instalação de “várias fábricas de tecidos, moinhos

---

4. A vinda de imigrantes para o Brasil havia sido estimulada pelo governo desde 1870, e esses, que se destinavam especialmente às lavouras do Sudeste, contabilizavam, em 1887, aproximadamente 54.932 indivíduos de diferentes nacionalidades. (Dados extraídos da página do IBGE).

de trigo, cervejarias, alguns ramos das indústrias metal-mecânicas, tais como pregos e parafusos, canos de chumbo, peças e acessórios para vagões ferroviários e bondes, etc.” (PRADO, 2003, n.p.<sup>5</sup> Casas bancárias estabeleceram-se e aumentaram em número as empresas de transporte ferroviário e marítimo, sustentadas com capital nacional e estrangeiro, as quais almejavam levar aos centros urbanos e portos do país a produção agrícola e de minérios, gerada no interior. No Rio de Janeiro, também cresceu o número de pequenas oficinas de artesanato e manufaturas, tanto no centro antigo quanto nos novos espaços da cidade, que se expandia para os bairros de São Cristóvão, Tijuca e Andaraí.

Entretanto, grande parte das novas empresas eram fictícias, e seu surgimento decorria das facilidades conferidas a inúmeros bancos para emitir papel-moeda. Sendo resultantes da especulação financeira, elas eram criadas com o intuito único de lançar ações no mercado e de usufruir dos lucros de sua valorização, sem que promovessem atividades voltadas para a produção de bens ou de serviços.<sup>6</sup> Conseqüentemente, a descentralização dos bancos, a grande expansão de oferta monetária, o crescente déficit público, agravado pelos encargos de rebeliões, como a Revolta da Armada e, posteriormente, a Revolução Federalista, a instabilidade política, as pressões inflacionárias e as oscilações cambiais conduziram ao declínio dos investimentos em atividades produtivas. O ano de 1891 foi o centro da derrocada financeira, cujos efeitos se estenderiam para os anos seguintes com a falência de muitas instituições e a ruína de milhares de pequenos investidores e muitos proprietários rurais.

Propagandistas da República, que sustentavam a ilusão de que o fim do Império melhoraria a situação econômica e social brasileira, bem como os abolicionistas, que desejavam ver os negros integrados ao trabalho remunerado, defrontavam-se com a desoladora imagem do centro da cidade do Rio de Janeiro, transformada em um “gigantesco mercado de trabalho informal, em que cada um vendia sua força ou sua inventiva para sobreviver” (WEID, 1997, p. 4). Rebeldes à disciplina exigida pela participação em trabalhos frequentemente mal remunerados e incapazes de atender às demandas das novas ocupações, homens e mulheres transitavam da inatividade para a precariedade, assumindo a prestação de serviços de qualquer tipo ou um precário encargo eventual em pequenos estabelecimentos.

---

5. “Na década de 1880, intensificou-se o estabelecimento de indústrias na região, sobretudo têxteis, como a fábrica Aliança em Laranjeiras, as Companhias Carioca e Corcovado no Jardim Botânico, a fábrica São Félix na Gávea, e pequenas fábricas de produção diversificada, principalmente em Botafogo” (WEID, 1997, p. 4).

6. “Entre a data da Proclamação e o ano de 1891, incorporaram-se no Rio de Janeiro sociedades com capital global de 3 milhões de contos, enquanto é sabido que, ao iniciar-se a especulação, em novembro de 1889, o capital de todas as sociedades existentes no país somente ultrapassava 800.000 contos” (cf. FILOMENO, 2010, p. 158).

Figura 3. Quitandeiras em rua do Rio de Janeiro (1875).



Fonte: FERREZ, 1875.

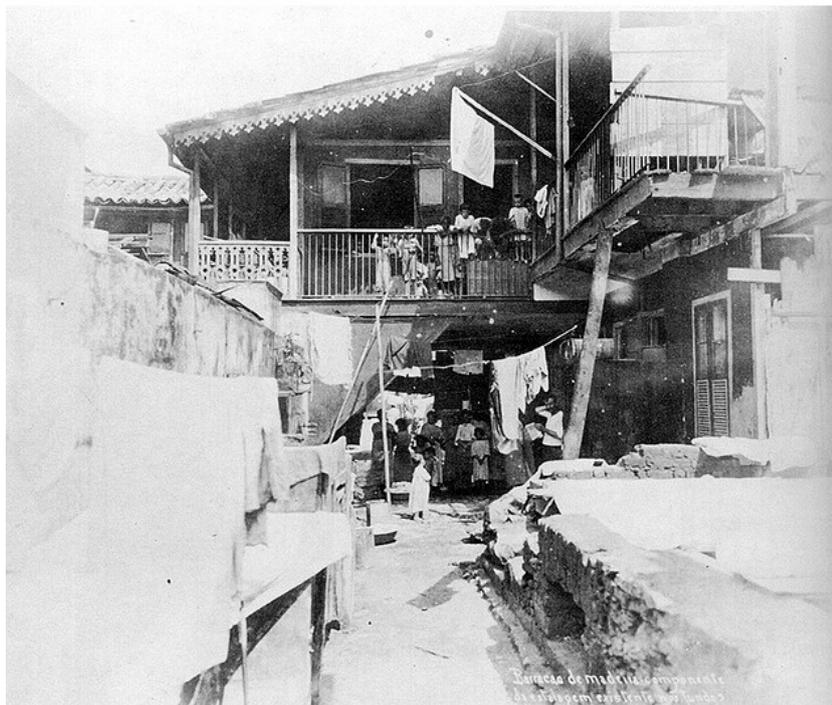
#### 4 Denúncia do presente a partir de um olhar sobre o passado

Machado de Assis expõe a fragilidade de membros da classe trabalhadora – para a qual os avanços do progresso tecnológico tinham se manifestado por meio da exclusão social – no texto sobre a inauguração dos bondes elétricos, publicado em 16 de outubro de 1892, na *Gazeta de Notícias*. Nele, o cronista relata que, absorto pela visão do bonde elétrico que ultrapassara aquele em que viajava, teve sua atenção despertada pela conversa dos burros. O burro da esquerda afirmava que, uma vez que a tração elétrica se estendesse a todos os bondes, eles, os burros, estariam livres. Entretanto, o da direita contesta-o, declarando que o bonde elétrico os faria apenas mudar de senhor e que o destino deles seria, primeiro, uma carroça e, depois, quando a velhice os tornasse incapazes, o espaço das ruas, até que, mortos, teriam “a liberdade de apodrecer” (ASSIS, 1986c, p. 552). Com efeito, Machado de Assis recorre a um apólogo para denunciar a privação da liberdade e as condições de vida dos trabalhadores braçais, entre eles os ex-escravos, submetidos à modernização tecnológica e às exigências do mercado de trabalho capitalista, em curso no Brasil.<sup>7</sup>

Sob essa perspectiva, o Rio de Janeiro expressava a divisão social brasileira, pois expunha um ambiente de gritantes contrastes: por um lado, a cidade acolhia a classe média urbana, constituída por funcionários públicos, profissionais liberais, empresários, banqueiros, produtores rurais; por outro, expunha um contingente populacional sem ocupação profissional que vivia de expedientes e se abrigava em insalubres habitações coletivas.

7. Cf. DUARTE, 2007.

Figura 4. Cortiço no Rio de Janeiro (1906).



Fonte: MALTA, 1906.

Com efeito, as circunstâncias econômicas e sociais do contexto da publicação do conto “Pai contra Mãe” conferem-lhe nova gama de sentidos, os quais desafiam o leitor a avaliar a moralidade de decisões legais e dos avanços em nome do progresso, quando esses conduzem ao aviltamento do ser humano ou, em outras palavras, ao surgimento de indivíduos que acusam os mesmos traços de Cândido Neves. Carentes de habilidades técnicas, despreparados para a disciplina do trabalho, desprovidos de objetivos para a própria existência, pressionados por necessidades vitais, moradores dos cortiços e das adjacências do perímetro urbano do Rio de Janeiro viviam uma nova forma de escravização, visto que, excluídos do universo do trabalho formal, mutilavam o corpo com os açoitamentos da miséria e do desamparo. Consequentemente, as circunstâncias sociais de 1905, ano em que Machado assina o contrato com a Editora Garnier, contrapõem-se ao posicionamento expresso em 1888, no momento da abolição da escravatura. Elas explicam o desalento com que o escritor observa, em 1893, o registro dessa data, ao compará-la com o modo inflamado e expansivo com que a libertação dos escravos fora celebrada.

Em 20 de maio de 1888, em comemoração à Lei Áurea, foi organizado um cortejo cívico, que ocupou as ruas do Rio de Janeiro, durante o qual foram distribuídos panfletos à população. Associando-se à euforia geral, Machado de Assis colocou-se ao lado dos vitoriosos, enquanto conclamava os escravocratas para superarem as sequelas deixadas pela escravidão e exaltava o valor do trabalho:

Brasileiros, pesai a longa vida  
Da nossa pátria, e a curta vida nossa:  
Se há dor que possa remorder, que possa  
Odiar uma campanha, ora vencida,  
Longe essa dor e os ódios seus extremos:  
Vede que aquele doloroso orvalho

De sangue nesta guerra não vertemos...  
União, brasileiros! E entoemos  
O hino do trabalho  
(ASSIS, 1888 *apud* DUARTE, 2007, p. 23)

A conclamação de Machado, o entusiasmo com que participou das festas relativas à abolição, sua presença em atos comemorativos estabelecem um contraste evidente com a prostração com que comenta esse episódio histórico, cinco anos depois, na crônica de *A Semana*, publicada em 14 de maio. O cronista inicia seu comentário descrevendo o entorno: “a grama, as flores e as folhagens transidas de frio e pingando [...]; o céu feio e triste e o Corcovado de carapuça”. Em seguida, lamenta a ausência do sol e assinala que “houve sol, o grande sol, naquele domingo de 1888”, quando “todos respiravam felicidade” e “tudo era delírio” (ASSIS, 1896c, p. 583).

O cronista assume que é um homem triste, que se ressentia da falta de flores, de luz, de sol, de calor e de festas, mas seu abatimento pode ser explicado pela indiferença que ele constatava em relação ao “13 de maio”. Somente as festas poderiam garantir a importância do evento a ser comemorado e sua inexistência permite concluir que a felicidade e o delírio que Machado experimentara haviam se esgotado em 1888, porque a “República, de fato, parecia não perpetuar os sentidos da data, muito menos o sol da liberdade vivido por ele naquele dia da Abolição” (MORAES, 2018, p. 52).

Sob essa perspectiva, o termo “delírio” projeta os sentidos de fantasmagoria, ilusão e engano, os quais justificariam o desalento do escritor, já que a libertação dos negros não impulsionara sua inserção ao “sistema do trabalho e sua integração à ordem social” e esses aspectos “imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, 2008, p. 30). Tampouco os trabalhadores brancos haviam sido beneficiados pelos avanços da tecnologia e dos impulsos do progresso, visto que, despreparados para o novo regime de organização nas fábricas, eram considerados inaptos para o trabalho sistemático, recorrendo a tarefas esporádicas para garantir a subsistência.

Portanto, a leitura do conto “Pai contra Mãe”, correlacionada com aspectos socioeconômicos do momento de sua publicação, permite articular a hipótese de que Machado de Assis percebe o período da escravidão e o do início da industrialização do Brasil como semelhantes em seus processos de exploração dos indivíduos. Nesse sentido, a ilusão de que a Lei Áurea libertaria os escravos e de que a República garantiria direitos iguais aos cidadãos se desfaz com a industrialização; ao mesmo tempo, ela expõe a natureza cândida da classe trabalhadora, que transfere a outrem as opressões que sofre e se contenta com migalhas que lhe garantem um sustento provisório.

Dessa forma, o conto “Pai contra Mãe” desenha um retrato melancólico da sociedade brasileira, já que nem a mudança da estrutura econômica, nem a mudança de regime haviam libertado Cândido Neves, tampouco Arminda. Mas, como escritor e leitor arguto – que reflete sobre os efeitos da literatura sobre seus receptores e que está consciente de que a ficção é marcada pela historicidade desses – Machado de Assis reconhece que a denúncia, presente no conto, pode contrariar interesses e declarar um posicionamento ideológico inconciliável com o *status quo*. Portanto, situa a história da narrativa em um passado longínquo, obliterando, com essa sutileza, a avaliação que realiza sobre uma sociedade em que os indivíduos continuam a trocar o direito à dignidade dos seres humanos por benefícios pessoais.

## Referências

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Esaú e Jacó. *In: MACHADO DE ASSIS*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1986a. (Obra Completa, v. 1). p. 945-1093.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Pai contra Mãe. *In: MACHADO DE ASSIS*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1986b. (Obra Completa, v. 2). p. 659-667.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. A Semana. *In: MACHADO DE ASSIS*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1986c. (Obra Completa, v. 3). p. 550-553.
- DEBRET, Jean-Baptiste. Masque de fer-blanc que l'on fait porter aux nègres qui ont la passion de manger de la terre. 1820-1830. 1 aquarela, 18,7 x 12,5 cm. Acervo dos Museus Castro Maya. Disponível em: <https://i.pinimg.com/originals/31/b3/8c/31b38c73277f87d8a35bfcd5c9293914.jpg>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo* [antologia]. Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Pallas: Crisálidas, 2007.
- ESCRAVOS fugidos. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 6. ed., p. 24, 25 ago. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709530&pasta=ano%20183&pesq=fugio>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.
- FERREZ, Marc. *Quitadeiras*. 1875. 1 fotografia. Acervo do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/search?filtersStateId=22>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.
- MALTA, Augusto. Barracão de madeira (“cortiço”) componente da estalagem existente nos fundos dos prédios n. 12 a 44 da rua da Sé. 1906. 1 fotografia. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://oswaldocruz.fiocruz.br/images/igallery/resized/101-200/1\\_Corti\\_o\\_no\\_Centro\\_do\\_Rio\\_malta\\_ok-133-900-606-100.png](http://oswaldocruz.fiocruz.br/images/igallery/resized/101-200/1_Corti_o_no_Centro_do_Rio_malta_ok-133-900-606-100.png). Acesso em: 2 dez. 2019.
- MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. *Desafios do desenvolvimento*, Brasília, DF, ano 8. 70. ed., n.p., 29 nov. 2011.. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2673:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2673:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 2 dez. 2019.
- MORAES, Renata Figueiredo. O “dia delírio” de Machado de Assis e as festas da abolição. *Machado Assis em Linha*, São Paulo, v. 11, n. 23, p. 34-53, jan./abr. 2018.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme. A economia política das reformas econômicas da primeira década republicana. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, n.p., mar. 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SENNA, Marta de. Nota desta edição eletrônica. *machadodeassis.net*, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <https://machadodeassis.net/texto/@id/32481>. Acesso em: 2 out. 2019.
- WEID, Elisabeth von der. *O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB\\_ElisabethvonderWeid\\_Bonde\\_elemento\\_expansao\\_RiodeJaneiro.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_ElisabethvonderWeid_Bonde_elemento_expansao_RiodeJaneiro.pdf). Acesso em: 25 nov. 2019.